

1 Aos doze (12) dias do mês de julho de 2022, às dezoito horas e trinta e seis minutos
2 (18h36min), instalou-se em plataforma virtual a reunião ordinária do Conselho de
3 Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundo de Desenvolvimento da Educação
4 Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no município de Belo Horizonte –
5 FUNDEB/BH, com a seguinte pauta: **1)** Leitura e aprovação das atas das reuniões
6 anteriores – ordinária e extraordinária; **2)** Informes; **3)** Publicidade dos atos administrativos
7 efetuados pela presidência colegiada no mês de junho; **4)** Publicidade do processo de
8 aprovação das prestações de contas referentes ao PNATE; **5)** Eleição do segmento
9 “estudantes das unidades municipais de educação” – convite para a participação da sessão
10 plenária extraordinária (12/7 às 19h35min); **6)** Comentários referentes à reunião virtual
11 realizada em atendimento ao ofício endereçado ao Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte,
12 versando sobre o plano de carreira da área de atividades de Educação, instituído pela Lei
13 nº 7.235, de 27 de dezembro de 1996; **7)** Rediscussão sobre a natureza das reuniões do
14 conselho frente ao recrudescimento da Pandemia de COVID-19 no município. A reunião
15 contou com a presença dos seguintes conselheiros: Alessandra Mariza Gomes Guimarães,
16 Cristiane Kataline de Carvalho Fernandes, Cristina Vieira Guimarães, Geisiele Silva, Luiz
17 Henrique Borges de Oliveira, Marcelino Cástulo Martins, Marcus Vinícius Lindenberg Fróes,
18 Maria Cristina Silva, Maria Helena Schmitz de Castro, Milton de Souza Júnior e Wagner
19 Alves Pereira. Justificaram suas ausências: Elizabeth Raidan e Luiz Carlos Bittencourt
20 Silva. Contou-se, ainda, com a presença da servidora de apoio ao CACS FUNDEB/BH,
21 Vanessa Márcia da Cunha. O Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes iniciou a
22 assembleia saudando a todos e agradecendo a disponibilidade e o compromisso dos
23 conselheiros no que diz respeito à obtenção do quórum para o início da reunião no horário
24 previsto. Após, passou-se para o primeiro ponto da pauta e o presidente perguntou se havia
25 alguma alteração a ser feita nas atas das reuniões anteriores – ordinária (14/6) e
26 extraordinária (14/6). Não havendo alterações a fazer, cada ata foi aprovada através de
27 chamada verbal. Logo depois, o presidente avisou que os informes foram condensados ao
28 terceiro ponto da pauta e divulgou-os a seguir: 1) O Ofício nº 17/2022 emitido à
29 Procuradoria-Geral do Município (PGM) tendo como tema os problemas referentes à
30 aprovação das contas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE). Ele
31 esclareceu que a PGM é responsável pelas atividades de assessoramento jurídico ao
32 município com vistas à proteção da Administração Pública. Diante disso, e mediante a
33 preocupação quanto ao atraso da realização do parecer do PNATE devido à dificuldade
34 relacionada com a inconsistência técnica do sistema (que ainda permanece
35 impossibilitando a feitura do parecer) e, ainda, sem o indício de uma solução administrativa,
36 elaborou o referido ofício solicitando o auxílio da PGM com a expectativa de solucionar o
37 problema. Até o momento presente não houve resposta, mas ele acredita que realizou o
38 que era devido no que diz respeito aos interesses do CACS, ou seja, não houve omissão
39 da presidência sem o empreendimento de alguma ação em prol do conselho. 2) O Ofício nº
40 18/2022 relativo a um conteúdo jurídico das questões dos três (3) níveis dos cargos do
41 magistério devidos aos profissionais da educação para atingir o último nível da carreira
42 dentro do prazo de 25 e 30 anos de trabalho (mulheres e homens, respectivamente) que
43 foi protocolado no gabinete do Sr. Prefeito. Juntamente com o ofício foi feita uma solicitação
44 de reunião com o secretariado da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – Fernanda Siqueira
45 Neves (Subsecretária de Gestão de Pessoas), André Reis (Secretário Municipal de
46 Planejamento, Orçamento e Gestão) e Ângela Dalben (Secretária Municipal de Educação).
47 Houve o deferimento do pedido através de uma conversa com a Subsecretária Fernanda
48 Siqueira Neves em que ela respondeu a todas as questões feitas. Ele registrou o seu
49 agradecimento em nome do conselho e disse considerar importante e animadora esta

50 resposta da PBH demonstrando a valorização do trabalho do CACS, o prestígio e a sua
51 não invisibilidade, tendo em vista as dificuldades referentes a uma relação institucional
52 diferenciada com os órgãos da administração pública, seja pelo caráter de ineditismo, pelos
53 desafios derivados do momento pandêmico ainda em curso e porque a administração está
54 assoberbada. 3) O e-mail enviado à Câmara Municipal de Belo Horizonte contendo o ofício
55 nº 18/2022 para o seu conhecimento, considerando que o Projeto de Lei 338/2022 estava
56 em curso naquele momento. Ele contou que havia uma expectativa elevada que o ofício
57 citado fosse inserido nas discussões nos gabinetes. Desta forma, o documento foi
58 compartilhado com todos os parlamentares do município. Até aquele momento não houve
59 nenhuma resposta, mas ele achou importante fazer a divulgação de um trabalho feito pelo
60 CACS. 4) O e-mail enviado ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças, Alex
61 Sandro da Silva Gomes, solicitando informações sobre os saldos dos recursos do FUNDEB
62 nos últimos 5 anos, apurados ao final dos respectivos exercícios para fazer uma discussão
63 mais aprofundada com os representantes do governo. Ele esclareceu que a comunicação
64 foi feita por e-mail para obter maior rapidez e revelou que em 2021 houve mais de R\$300
65 milhões de saldo dos recursos do FUNDEB e em 2020, mais de R\$100 milhões de saldo
66 que foram utilizados nos anos subsequentes, considerando que existe um prazo temporal
67 para que as despesas sejam pagas mediante utilização de recursos de ano anterior. Ele
68 registrou o seu agradecimento ao diretor citado pela atenção às demandas do CACS e
69 comentou ser interessante notar que existe uma “saúde financeira” de caráter positivo, o
70 que considera bom para as políticas públicas na educação, já que as maneiras de utilização
71 dos recursos podem ser pensadas com tranquilidade. Posto isso, ele disse que são desafios
72 pensar em outras formas de como o recurso pode ser usado num caráter inédito e
73 complementar, sugerindo, inclusive, que o tema seja ponto de pauta para a próxima reunião
74 do mês de agosto. Ele recomendou que os conselheiros fizessem um exercício de
75 criatividade para melhorar a “saúde financeira” na utilização desses recursos, calcados em
76 dados financeiros e em estudos de legislação. Propôs, ainda, que ao final do mandato fosse
77 elaborado um documento contendo as contribuições discutidas e enviado à SMED e ao
78 gabinete do prefeito. Ele também achou importante lembrar os impactos da Proposta de
79 Emenda à Constituição (PEC) em discussão no Congresso Nacional e que está afetando a
80 composição do FUNDEB, tendo em vista que parte do fundo é derivada do recolhimento do
81 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e houve a diminuição da sua
82 alíquota. Ele falou que não existe segurança jurídica para a recomposição do fundo e, caso
83 ela não aconteça, haverá um impacto negativo para o FUNDEB considerando-se que
84 grande parte dos seus recursos é usado para o pagamento dos profissionais da educação
85 na ativa. Solicitou, por fim, atenção ao contexto político atual e às consequências desses
86 fatos. 5) O e-mail enviado ao Sind-Rede/BH requerendo participação na reunião de
87 diretores desse sindicato para publicitar o documento encaminhado ao gabinete do prefeito
88 e à CMBH. Ele julgou ser importante apresentar o ofício ao Sind-Rede/BH pela
89 consideração ao representante e membro do CACS e pela paridade de tratamento
90 institucional, ou seja, a administração pública direta, o poder legislativo e a entidade
91 sindical, reforçando a preocupação de dar transparência absoluta às suas atividades
92 inserindo os vários atores políticos quando necessário e possível. Até o momento não
93 houve resposta. Em seguida, e referindo-se ao quarto ponto da pauta, o presidente
94 apresentou o e-mail enviado ao PNATE e a resposta subsequente. Ele relatou que elaborou
95 o e-mail questionando sobre a natureza do problema impeditivo à elaboração do parecer
96 conclusivo para a validação da prestação de contas (já apresentado em reunião anterior) e
97 que houve uma resposta tranquilizadora relatando a existência do problema sistêmico e um
98 prazo razoável para se fazer a prestação de contas e a aprovação do parecer pelo CACS.
99 Sem demora, o presidente convidou o Conselheiro e Diretor Marcelino Cástulo Martins da
100 Diretoria de Gestão de Repasses, Convênios e Parcerias para transmitir as boas-novas de
101 um procedimento realizado por essa diretoria. O conselheiro tomou a palavra e lembrou

102 que: a) A situação do PNATE se arrasta há anos (desde 2017). b) O Município de Belo
103 Horizonte não possui área rural e, portanto, não poderia receber recursos de programa
104 federal que financia o transporte escolar de estudantes que moram em área rural para ir à
105 escola e retornar para casa. No entanto, vem recebendo um valor que nunca é utilizado. c)
106 A PBH tem a obrigação de devolver o recurso; a prestação de contas é feita e precisa ser
107 validada pelo presidente do CACS e pela secretária de educação. d) O CACS vem tomando
108 iniciativas para tentar solucionar o problema bem como a SMED – através do contato com
109 a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) que coordena o Censo
110 Escolar. Foram feitos, no mínimo, três (3) contatos, inclusive, via Fale Conosco, que trouxe
111 o efeito positivo apontando uma pessoa para apresentar o contexto – o Coordenador do
112 Censo Escolar. A situação foi reconhecida através da identificação de estudantes da rede
113 estadual que estão gerando o repasse para a PBH, equivocadamente, obtendo-se o
114 compromisso de especial atenção na verificação dos registros feitos pelas escolas
115 estaduais no censo de 2022 que será gerado em 2023. Ele finalizou falando que, caso
116 aconteça novamente, já sabem a quem procurar para, de forma mais rápida e objetiva,
117 acertar a providência a ser tomada. Logo depois, o presidente disse que é importante
118 verificar a origem do problema e que tem a expectativa de resolvê-lo em breve. Entretanto,
119 o problema persiste no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da
120 Educação (FNDE) e a validação da prestação de contas de 2021 ainda não foi realizada.
121 Por este motivo, acha importante trilhar mais um caminho em busca da solução através do
122 envio de ofício à Controladoria-Geral da União (CGU). Ele crê que dar ciência do problema
123 de forma consistente demonstrando que o CACS e a SMED esgotaram as vias possíveis
124 para sanar o problema justifica a necessidade da CGU empreender esforços dentro da
125 seara do governo federal. Posto isso, ele pediu autorização para elaborar o documento à
126 CGU solicitando o auxílio para resolver o problema do PNATE no site do FNDE. Ele abriu
127 um espaço para esclarecer quaisquer dúvidas a respeito do assunto e, não havendo
128 manifestações, abriu a votação no *chat*. Houve unanimidade quanto à autorização da
129 elaboração do supracitado ofício. O presidente informou que aguardará até o dia 15/7 para
130 a resolução do problema no sítio eletrônico do FNDE, considerando que não haverá a
131 necessidade de elaborar o documento, caso seja resolvido até esse prazo. Ato contínuo,
132 ele passou ao próximo ponto e anunciou que, novamente, ocorrerá uma reunião
133 extraordinária para a eleição dos estudantes, às 19h35min. Ele comunicou que foi enviado
134 às escolas municipais um e-mail bem redigido contendo esclarecimentos e a preocupação
135 derivada da ausência desses representantes no CACS, para a divulgação. Contou que uma
136 única escola – Escola Municipal Caio Líbano Soares (EMCLS) – teve o carinho e a atitude
137 de tornar visível este conselho através da produção de um cartaz e manifestou o seu
138 agradecimento à diretora Valéria Gomes. Também deixou registrado o seu protesto quanto
139 à solicitação de um contato-resposta por parte das escolas. Ele avalia que o fato relatado
140 demonstra que o CACS está distante das escolas e que necessita de uma aproximação.
141 Disse ser preciso analisar o porquê do ocorrido, isto é, conversar e deliberar sobre isso.
142 Concluiu falando que laços com as escolas precisam ser criados porque o distanciamento
143 prejudica as políticas públicas de forma ampla, motivo esse que merece discussões
144 posteriores. Ele convidou a todos para esta conversa no mês de agosto. Para ultimar a
145 pauta, ele expôs que é importante neste momento que as normas sanitárias do município
146 sejam atendidas. Sugeriu, então, retomar o assunto na próxima reunião no intuito de
147 aguardar as novas diretrizes do município para se ter maior tranquilidade e segurança na
148 decisão da volta ou não do regime presencial. Às dezenove horas e trinta (19h30min), o
149 Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes agradeceu a presença de todos e deu por
150 encerrada a reunião. Para constar, eu, Vanessa Márcia da Cunha, servidora de apoio ao
151 CACS FUNDEB/BH, redigi a presente ata.